

## PATRIMÔNIO CULTURAL NA ERA DIGITAL: um estudo sobre o patrimônio cultural brasileiro compartilhado via internet

MARINA GOWERT DOS REIS<sup>1</sup>; JULIANE CONCEIÇÃO PRIMON SERRES<sup>2</sup>;  
JOÃO FERNANDO IGANSI NUNES<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – [marinagowertdosreis@gmail.com](mailto:marinagowertdosreis@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – [julianeserres@gmail.com](mailto:julianeserres@gmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – [fernandoigansi@gmail.com](mailto:fernandoigansi@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa de doutoramento, qualificada em julho de 2017, desenvolvemos um estudo sobre os usos da internet para fins de preservação patrimonial com foco no cenário brasileiro. Tal cenário envolve políticas públicas e projetos de preservação, organizações sociais em defesa do patrimônio cultural, e a participação social tanto nos processos instituídos de preservação como em ações descentralizadas de defesa e difusão patrimonial. Explorando o termo *preservação patrimonial* no contexto digital, trabalhamos com o binômio *difusão – defesa*, sendo que o primeiro termo está relacionado a casos nos quais a internet é apenas mais uma forma de compartilhar informações patrimoniais desenvolvidas em outros meios; enquanto com o segundo falamos da internet como um instrumento da defesa do patrimônio, seja na organização digital de grupos, ou no engajamento, individual ou coletivo, em ações de preservação.

Abordamos esse tema a partir da seguinte problematização: **como a internet é utilizada como meio de preservação patrimonial no Brasil?** E ainda: **como o uso das novas tecnologias para difusão e defesa do patrimônio brasileiro patrimonial modificaram e modificam não somente os processos institucionalizados de preservação, mas também a relação das pessoas com o patrimônio cultural?** Assim, objetivamos estudar o que acontece na atualidade brasileira a nível de usos da internet como um veículo para falar sobre patrimônio, observando a relação entre sociedade – patrimônio – instituições de preservação, em relação às tecnologias digitais.

Organizamos nossa pesquisa dividindo a inserção do patrimônio brasileiro na internet através de três períodos, que sucedem-se e coexistem em diferentes níveis de comunicação de bens digitalizados e crescente grau de participação social na preservação. Os dois primeiros períodos (Patrimônio Cultural Digital 1.0 e Patrimônio Cultural Digital 2.0) são definidos por Adisson (2008), sendo o terceiro uma adição nossa baseada nos estudos desse autor, relacionado à outros e à evidências pontuais. Esses períodos coexistem porque ainda que hoje tenhamos ações baseadas na participação social, também temos projetos de digitalização que somente intentam o compartilhamento via internet. Nesses períodos analisamos casos ligados à ações governamentais, ligados à instituições de preservação e ainda outros que são realizados tão somente por pessoas com acesso à internet.

Para tanto, percorremos autores de diversas áreas do conhecimento, uma vez que a pesquisa está inserida em um contexto interdisciplinar. Assim, traçamos uma discussão sobre patrimônio cultural digital e preservação

patrimonial na atualidade fazendo análise de documentos da UNESCO, como Charter on the Preservation of the Digital Heritage (2003) e A Memória do Mundo na Era Digital (2012), e autores como Alonzo Addison (2008), que trata principalmente sobre o histórico da relação patrimônio cultural e tecnologias digitais, Mia Rigde (2014), que estuda casos de integração da sociedade em processos institucionalizados de preservação, e Vera Dodebei, autora brasileira que aborda tais temas a nível teórico. Para chegar à tais discussões, debatemos as relações sociais na atualidade à luz das novas tecnologias. Nos apoiamos nos seguintes autores: Pierre Lévy (2007), André Lemos (2010), Sherry Turkle (2011), e Henry Jenkins (2009). A fim de tratar da preservação patrimonial pelo Estado brasileiro analisamos os trabalhos de Maria Cecília Londres Fonseca (2005), e ainda fundamentamos nosso trabalho com discussões acerca da categoria patrimônio cultural, a partir de Llorenç Prats (2006).

## 2. METODOLOGIA

Organizamos essa tese em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma revisão teórica sobre a internet e os aparatos de acesso à rede mundial, uma vez que esse é o campo de estudo de nossa pesquisa. No segundo discutiremos sobre o patrimônio cultural na era digital, e, junto a esse, da preservação participativa na internet. No terceiro capítulo trazemos o primeiro momento do patrimônio cultural digital brasileiro, sua pré-história, sendo que o foco são casos no qual as tecnologias digitais eram mais uma ferramenta de pesquisa do que um instrumento de comunicação patrimonial. Já o quarto capítulo é dedicado ao segundo momento, inaugurado na popularização da internet, onde podemos agrupar projetos que utilizam esse meio de comunicação para suas pesquisas e ações de preservação. No quinto capítulo apresentamos a incursão no que é mais atual na “evolução” que propomos, estudando casos nos quais a internet passa a ser uma ferramenta de apropriação patrimonial.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentamos aqui algumas discussões traçadas a partir dos estudos já realizados, tanto teóricos como relativos a análise de casos. Uma das primeiras discussões realizadas no trabalho é a de diferenciar patrimônio digitalizado do patrimônio cultural na era digital, sendo que o primeiro trata de uma técnica, enquanto o segundo de um universo de novas possibilidades de preservação patrimonial. Propomos também uma nova divisão de períodos compreendidos nas práticas de patrimônio cultural na era digital, uma vez que Addison (2008) fala de dois períodos e nós propomos um terceiro para falar sobre a atualidade, visto que a internet hoje em dia é muito mais um espaço de preservação que integra governos, instituições de preservação e a sociedade em geral, algo que não era corriqueiro há 10 anos.

Relatamos alguns resultados observados no estudo do modelo estatal de preservação digital. Verificamos que o governo brasileiro buscou a internet como meio de difusão patrimonial no início da década de 2000, o que mostra pioneirismo na prática. Ademais, existem tentativas de interfaces digitais participativas, sendo que não é possível que, observando as mesmas, possamos investigar a efetividade dessas ferramentas, se o número de acessos justifica a implementação das mesmas. Concluímos que o governo brasileiro usa a internet muito mais como um meio de difusão de informações patrimoniais, que podem

acarretar em processos de preservação, uma vez que são conteúdos informacionais, mas que, em geral, os processos de preservação acontecem fora da internet.

Entretanto, nosso maior resultado está em descobrir e documentar a existência de ações de preservação digital que acontecem sem nenhuma interferência de instituições de salvaguarda. Exemplificamos essa discussão observando fotografias compartilhadas na rede social Google Maps por visitantes do Parque Municipal Museu da Baronesa, localizado na cidade de Pelotas – RS. Fizemos um levantamento e tabulação dessas fotografias, observando o quando são qualificadas tendo como base a maneira detalhada que apresentam o acervo desse museu histórico. Servem, assim, como uma visita virtual ao museu que é totalmente feita por seus visitantes. A partir dessa constatação, discutimos os diferentes níveis de apropriação patrimonial que são feitos com uso da internet, por uma população conectada e usuária de tais tecnologias.

#### 4. CONCLUSÕES

Uma das principais inovações deste trabalho está em seu tema de pesquisa, que é rasamente estudado no Brasil, visto o baixo número de publicações em língua portuguesa sobre o mesmo. Ademais, realizamos esse estudo tendo em vista observar o cenário brasileiro de maneira crítica. E, tendo em vista a efemeridade dessas práticas, o que faz com que um objeto de estudo possa ser apagado sem nenhum aviso, a documentação que é feita por nós é importantíssima para observações futuras desse fenômeno.

Além do mais, apontamos que a internet é um meio de difusão e/ou preservação do patrimônio cultural. Já é usada no Brasil para tais fins a quase 20 anos, e não temos como visualizar um futuro no qual tal prática não seja seguida. Através da metodologia utilizada nesta pesquisa, podemos perceber que a internet é usada por diferentes órgãos de preservação, esses com suas especificidades. Ainda defendemos a necessidade de estudar tais processos, que modificaram, modificam, e modificarão a preservação patrimonial e a importância social do mesmo, especialmente em uma perspectiva comunitária.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDISON, Alonzo C. Digital Heritage 2.0: Strategies for Safeguarding Culture in a Disappearing World. In: International Symposium on Information and Communication Technologies in Cultural Heritage, 2008, Ioannina. **Proceedings....** Disponível em:

<[http://www.academia.edu/2519668/Digital\\_Heritage\\_2.0\\_Strategies\\_for\\_Safeguarding\\_Culture\\_in\\_a\\_Disappearing\\_World](http://www.academia.edu/2519668/Digital_Heritage_2.0_Strategies_for_Safeguarding_Culture_in_a_Disappearing_World)> Acesso em: mar. 2015.

BRASILIANA Fotográfica. Acessado em: set. 2017. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/>.

DEFENDA Santo Ângelo! Quero Nossa História Viva! Acessado em: set. 2017. Disponível em:

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc – Iphan, 2005.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Acessado em: set. 2017. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>.

JENKIS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

LE MOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2007.

PRATS, Llorenç. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitárias. **PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, n. 58, p. 72-80, mai. 2006. Disponível em: <<http://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/article/view/2176#.VHSpNYdAsS>>. Acessado em: out. 2016.

RIDGE, Mia (Org.). **Crowdsourcing our Cultural Heritage**. Surrey: Ashgate Publishing limited, 2014.

TURKLE, Sherry. **Alone Together**: Why We Expect More from Technology and Less from Each Other. New York: Basic Books, January 2011.

UNESCO. **Charter on the Preservation of the Digital Heritage**. 2003. Disponível em: [http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/mow/charter\\_preservation\\_digital\\_heritage\\_en.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/mow/charter_preservation_digital_heritage_en.pdf). Acessado em fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **A Memória do Mundo na Era Digital**: Digitalização e Preservação. 2012. Disponível em:

<[http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/images/mow/unesco\\_ubic\\_vancouver\\_declaration\\_pt.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/images/mow/unesco_ubic_vancouver_declaration_pt.pdf)>. Acesso em: mai. 2016.